

GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TERRAS TIMBIRA NO MARANHÃO

Aluno bolsista: Wanderson Sousa Costa

Bolsista: **PIBIC/UEMASUL**

Curso: História

e-mail: wandersonsousacosta05@gmail.com

Orientador: Prof. Dr. Jaime Garcia Siqueira Jr.

Centro: CCHSL

e-mail:jaime.junior@uemasul.edu.br

Grande área: Ciências Humanas

Área: História

Resumo

O seguinte projeto teve como intuito discorrer sobre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas- PNGATI, criada a partir do Decreto de n 7.747 de 5 de Junho de 2012, assinado pela então presidenta Dilma Rousseff. Perpassando desde os viés jurídicos aos práticos, preocupou-se em realizar um diagnóstico tanto em instâncias institucionais, como nos territórios Timbira no Maranhão, se deu sua construção, e posteriormente sua manutenção e continuidade até os dias atuais. Tendo como objetivo desenvolver atividades de pesquisa-ação junto a populações tradicionais do Maranhão, buscando compreender aspectos da sua territorialidade e noções de bem viver, bem como suas noções de gestão territorial e ambiental, frente aos desafios impostos pela relação com a sociedade envolvente e às imposições de modelos de desenvolvimento determinados pelo Estado. Tendo como metodologia trabalhar com as histórias de vida de representantes indígenas de Terras Timbira, buscando recuperar aspectos da história de ocupação do território e sua gestão ambiental.

Palavras-chave: PNGATI. Território. História de Vida.

Apoio financeiro: Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão- UEMASUL.

Introdução

Partindo do premissa de que são as comunidades tradicionais protagonistas da sua própria história, tivemos como base metodológica e teórica a História de Vida e a História Oral, que dentro do saber historiográfico e antropológico, proporcionam maior contato com as sujeitos que embasam as questões surgidas em decorrência do contato da pesquisa com cada território. Como comenta Karen Worcman e Jesus Pereira “A entrevista de história de vida tem como essência o registro da narrativa tal qual articulada pelo entrevistado. Busca-se sua vivência pessoal e não uma verdade histórica absoluta. Tão importante quanto o conteúdo narrado é o ritmo e o jeito de contar”. (WORCMAN, JESUS, 2006, p.210)

Sendo assim temos como principal foco comentar sobre a importância do direito à terra garantido na Carta Magna brasileira, e como se deu o reconhecimento institucional das mais variadas formas de Gestão Territorial e Ambiental já praticadas em terras Timbira, e como se deu sua implementação e consolidação, traçando um panorama geral desde 2012 aos dias atuais. Buscando evidenciar assim, se realmente tais acordos e leis vigentes atendem realmente a necessidade de seus protagonistas e se estão de acordo com suas realidades.

Metodologia

Mediante o exposto, a partir das entrevistas realizadas e da esquematização de todas as

informações ao longo do processo de construção da narrativa que aqui quer se expor. Parte também das revisões bibliográficas e aporte teórico acumulado ao longo da coleta de dados e da sistematização de todo material de áudio e fotográfico produzido.

Nossas discussões partiram dos relatos orais de três grandes lideranças Indígenas, sendo elas; Edilena Erroure Torino Krikati, em sua língua Eh'huc, atualmente ocupa o cargo de Coordenadora da COAPIMA (Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão). Jonas Sansão Pynheh Gavião, que é presidente da Associação Wyty-Catë, e atua também como professor na escola da TI Governador. E Alberto Hapyhi Krahô, importante liderança que dedicou sua vida ao movimento Indígena, hoje ocupa importante espaço na Associação Wyty-Catë.

Assim desenvolve-se três questionários com uma base e estrutura parecidas, mas adaptado à realidade e especificidade de cada entrevistado, como comenta Roberto Damatta (1974) devemos tornar aquilo que é familiar estranho, e o estranho familiar, no sentido de na condição de pesquisador buscar esta aberto e com um olhar metodológico e menos ideológico sobre o que se estuda. O modelo que serviu como base de cada entrevista serviu como síntese para a realização do diagnóstico das atuais políticas de gestão ambiental e territorial em cada realidade que se teve contato.

É importante frisar que a partir da História de Vida, e dos relatos orais, estaremos adentrando em mundos e visões e percepções individuais de cada um. Como base metodológica Karen Worcman e Jesus Pereira dizem que: "A história de vida é a narrativa construída a partir do que cada um guarda seletivamente em sua memória e corresponde ao como nos organizamos e traduzimos para a outra parte daquilo que vivemos e conhecemos. O tipo de narrativa construída depende do tipo de estímulo" (WORCMAN; PEREIRA, 2006, p.203).

Essa relação parte da construção e percepção também do entrevistador, ele que irá conduzir o diálogo, e seus resultados terão como base a relação pré-estabelecida e construída entre o entrevistador, e o entrevistado.

Resultados e Discussão

Os povos Timbira são por excelência os maiores conhecedores do Bioma Cerrado, o ecossistema que é sua casa a mais de séculos fornece todas as condições necessárias para sua existência. E isso se dá "a partir do amplo conhecimento que detêm sobre os animais, plantas, raízes, frutos, solos e a relação destes com seus mitos e ritos. Possuem uma classificação própria dos ambientes de Cerrado: iromré (mata pequena), iromcatë (mata grande), hawën (vegetação nos topos das serras), harë (vereda), ken (serras), pōrrôm(capoeiras) pô (chapada) e sub classificações de chapada como hakot, pôcate, hicaa, e daí por diante" (Associação Wyty-Catë, 2012, p.9).

A adaptação e modificação do Bioma Cerrado criou as características essenciais para a existência dessa dupla relação, como Edilena Krikati (2021) comenta : O povo Krikati é um povo especificamente do cerrado né, tanto é que meu povo se autodenomina *Põo cati ji*, o povo que domina o Cerrado. Os demais povos Timbira reconhecem assim também *Põo cati ji*. Krikati já é uma palavra que significa Aldeia Grande.

Como discorre Bicalho e Miranda, "Neste sentido é que se introduz uma reflexão sobre sustentabilidade no Cerrado, entendendo-a como um tipo de desenvolvimento sustentável que respeita a diversidade de culturas e povos e a biodiversidade pré-existent no ambiente no qual relações antrópicas são dimensionadas por investidas de desenvolvimento econômico". (BICALHO, MIRANDA, 2015, p.56).

Só compreendendo e incluindo no debate essas especificidades, e que podemos falar

em Desenvolvimento Sustentável, se ele realmente incluir o social, os verdadeiros atores e agentes que se encontram nessas relações.

Enquanto o capital, o dito “progresso”, agir somente em nome dos grandes latifundiários e empreendimentos, não teremos a real inclusão e reconhecimento da importância das comunidades tradicionais.

Não incluí-los nas discussões é também minar as possibilidades de existência das próximas gerações. E quando falamos sobre incluí-los nestas discussões devemos pensar nos povos tradicionais como atores sociais, protagonistas de sua própria vivência, e não apenas como bons “curumins”, ou cair no conto do “mito do bom selvagem ecológico”

Nas palavras do seu Alberto Hapyhi Krahô (2021), “O povo Timbira não está destruindo, o povo Timbira está preservando, eles estão guardando para os que veem depois, seus filhos, seus netos. Temos que pensar em quem vem depois, não podemos destruir tudo, senão os que vem depois não tem o que ver. Não podemos ser tão ignorantes assim, só a gente quer ter e usufruir de tudo, e os outros? (Alberto Hapyhi Krahô, 2021).

É interessante destacar como a visão que se tem difere do ideal de acúmulo que a sociedade não indígena impõe sobre as dinâmicas de desenvolvimento nos dias de hoje. Quando se realiza o exercício de análise do cenário de implementação da PNGATI em 2012 e da realidade de hoje, muitos das problemáticas vivenciadas em cada território ainda hoje persistem e ameaçam a soberania dos povos Timbira.

Os grandes empreendimentos como a instalação da Usina Hidrelétrica de Estreito-CESTE em 2012, a implementação dos corredores de Fios Elétricos da mesma companhia que corta as terras Timbira, a ampliação da malha asfáltica que adentram os territórios tradicionais, e a crescente ocupação das áreas próximas às Terras demarcadas, chegou-se em um nível que está ameaçando a existência cultural e mesmo física, de quem resiste em cada território.

Mesmo com tantos percalços temos a partir da construção e implementação da Política nacional de Gestão Ambiental e Territorial- PNGATI, e do Plano de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Timbira em seus primórdios uma experiência de como o estado alinhando-se aos interesses e compreendo as especificidades dos povos originários, os mesmo podem se tornar agentes ativos na preservação e garantia da continuidade das suas práticas culturais, econômicas e sociais.

Como destaca Chimamanda Ngozi Adichie, “poder é a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazer a história definitiva daquela pessoa”, como pontua. (...). Comece uma história com as flechas dos nativos americanos, e não com a chegada dos britânicos, e você tem uma história totalmente diferente” (ADICHIE, 2019, p.13). O perigo de uma história única reside nas várias contaminações que ainda hoje residem no imaginário de cada um, e em várias situações é alimentada por diferentes mecanismos de quem está nas esferas de poder.

Dentro desse movimento de descolonização das fontes e dos discursos impostos, Karen Worcman e Jesus Pereira apresentam como metodologia, “histórias de vida”, que constituem fontes preciosas para a construção da História. Compreender e registrar as visões, sentimentos e práticas de pessoas, famílias e grupos é uma forma poderosa de construir fontes alternativas para a compreensão e análise dos processos históricos. Tais narrativas, se não formalmente produzidas, se esvaem através do tempo” (WORCMAN; PEREIRA, 2006, p.203).

Segundo Verena Alberti, “um acontecimento vivido pelo entrevistado não pode ser transmitido a outrem sem que seja narrado. Isso significa que ele se constitui (no sentido de tornar-se algo) no momento mesmo da entrevista. Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma o que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os

acontecimentos de acordo com determinado sentido” (ALBERTI, 2005, p. 171).

Andreia Bavaresco e Marcela Menezes comentam que “valorizar o diálogo dos povos indígenas com o Estado a fim de garantir mais efetividade na formulação e execução das políticas públicas é a prática que deu vida a PNGATI. Para dar continuidade a esse processo, a melhoria dos mecanismos de transparência e controle social deve ser preocupação constante de gestores e beneficiários da PNGATI, pois várias são as formas que possibilitam a participação social” (BAVARESCO; MENEZES, 2014, p.77).

Referências bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p.155-202.

BAVARESCO, Andréia; MENEZES, Marcela. **Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas**. – Brasília: GIZ/Projeto GATI/Funai, 2014.

BICALHO, P., & MIRANDA, S. (2015). Biodiversidade do Cerrado: Sustentabilidade e Saberes Indígenas. *Élisée - Revista De Geografia Da UEG*, 4(1), 53-67. Recuperado de <https://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/3589>.

BRASIL. Decreto no 7.747, de 5 de Junho de 2012. **Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 2012.

Plano de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas Timbira. Associação Wyty-Catë dos Povos Timbira do Maranhão e Tocantins (e) Centro de Trabalho Indigenista. Uberlândia, 2012.

WORCMAN, Karen. PEREIRA, Jesus Vasquez. **História falada: memória, rede e mudança social**.- São Paulo : SESC SP : Museu da Pessoa : Imprensa Oficial de São Paulo, 2006.